

Relatório Anual de **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

2024



 **TRT-8ª REGIÃO**
Pará e Amapá

ADMINISTRAÇÃO
BIÊNIO 2025-2026

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

Desembargadora Presidente

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

Desembargadora Vice-Presidente

LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

Desembargador Corregedor Regional

Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão

CAIO CESAR FELIX DA SILVA

Representante da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI

JUÍZA DO TRABALHO

Coordenadora

CAMILA FERNANDES ALENCAR SILVA

Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

CLAUDINEI LIMA DA SILVA

Coordenador de Material e Logística

EDNEY JOSÉ MARTINS PEREIRA

Diretor da Secretaria de Comunicação Social

EVELINE ROSE ARAUJO BATISTA MONTEIRO

Chefe da Seção de Sustentabilidade

GUSTAVO MACHADO CABRAL

Representante dos servidores com deficiência

HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA

Coordenador de Manutenção e Projetos

IVANA SOARES FEIJÓ GOMES

Representante dos servidores com deficiência

LUISA DE SOUZA LEÃO ALMEIDA

Chefe da Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade

MARCO AURELIO FIDELIS RÊGO

Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

NORMA CRISTINA DINIZ BARROSO

Diretora da Secretaria Administrativa

SHEYLA SANTOS MENDES

Representante da Coordenadoria de Saúde

SUZANE MAYARA VIANA PINHEIRO

Assessora Técnica da Diretoria-Geral

SUMÁRIO

OBJETIVOS.....	6
NORMATIVOS PERTINENTES.....	7
INDICADORES.....	8
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	8
Ações realizadas.....	9
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS.....	11
Ações realizadas.....	13
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	20
Ações realizadas.....	21
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA.....	28
Ações realizadas.....	29
5. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA.....	31
Ações realizadas.....	31
ANEXO I.....	33
ANEXO II.....	35

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, em 2018, por meio da Portaria PRESI nº 541/2018 e suas alterações, tornando-se Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão em 2023, por meio da Portaria PRESI nº 574/2023, o qual tem como objetivo assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem a sua inclusão e adequada participação.

Com um caráter multidisciplinar e com o apoio da Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade, unidade administrativa responsável, o Subcomitê tem o papel de propor e acompanhar ações no âmbito das diversas áreas que possibilitem a construção de uma cultura inclusiva, o respeito à diversidade, a garantia de condições adequadas de trabalho e participação para pessoas com deficiência.

Apresenta-se, a seguir, o Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão, exercício 2024, acerca das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no TRT8, devidamente aprovado pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, nos termos do art. 26, III da Resolução CNJ nº 401/2021.

OBJETIVOS

O presente relatório visa apresentar os indicadores anuais relativos à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do TRT8, a partir das diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021, bem como apresentar as ações desenvolvidas durante o ano de 2024 para o cumprimento dos objetivos almejados. Este relatório, portanto, cumpre o disposto no art. 23, inciso VII e no art. 26, inciso III da Resolução CNJ nº 401/2021, que preconiza a elaboração de relatório anual para apresentação das ações de acessibilidade e inclusão desenvolvidas no órgão.

NORMATIVOS PERTINENTES

- **Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021** - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;
- **Resolução CSJT nº 218 de 23 de março de 2018** - Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no âmbito da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Graus para atendimento de Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva;
- **Resolução CNJ nº 343 de 09 de setembro de 2020** - Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências;
- **Resolução CSJT nº 386, de 30 de agosto de 2024** - Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho.
- **Portaria TRT8/PRESI nº 574 de 24 de maio de 2023** - Institui o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e revoga a Portaria PRESI nº 541/2018.

INDICADORES

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Mapeamento do quadro de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores com deficiência

QUANTIDADE DE	2021	2022	2023	2024
Magistrados(as) com deficiência	1	1	0	1
Servidores(as) com deficiência	34	34	37	44
Servidores(as) com função comissionada com deficiência	16	17	16	22
Servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	1	2	3	4
Trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	5	5	5	5
Aprendizes com deficiência	1	1	1	1
Estagiários(as) com deficiência	1	1	1	1
Voluntários(as) com deficiência	0	0	0	0

Comentário:

Verifica-se que o quadro funcional de pessoas com deficiência foi ampliado durante o ano de 2024, tendo em vista as nomeações do último concurso público realizado no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Ressalta-se que um número maior de pessoas com deficiência passou a ocupar cargos de gestão, o que aponta para uma ampliação na valorização da diversidade. Esse fato tende a contribuir, ainda, para a promoção da acessibilidade nos processos de trabalho, tendo em vista que a presença de pessoas com deficiência tende a provocar mudanças na acessibilidade comunicacional, em sistemas, espaços e relações de trabalho.

O Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, com apoio da Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade, atua constantemente para a promoção da

acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito do Tribunal. No ano de 2024 foram realizadas ações de capacitação específicas, buscando o aperfeiçoamento de equipes para a garantia de direitos das pessoas com deficiência. Além disso, realizou-se aperfeiçoamento da escuta e participação de pessoas com deficiência, com instrumentos como rodas de conversa com os servidores com deficiência e com equipes que iriam receber pessoas com deficiência.

O Subcomitê atuou, ainda, no aprimoramento do acompanhamento de servidores com deficiência no âmbito do Tribunal, em parceria com as áreas de Gestão de Pessoas, Desenvolvimento de Pessoas e Psicossocial. Tal processo tem possibilitado identificar barreiras existentes tanto na unidade de lotação, quanto em serviços, sistemas e demais áreas do Tribunal, possibilitando o aperfeiçoamento das metodologias de trabalho e dos processos de modo geral.

Ações realizadas

TRT-8 promove diálogo sobre inclusão e desafios enfrentados por pessoas com deficiência

“Nada sobre nós, sem nós!” Foi o tema central da roda de conversa sobre a pessoa com deficiência realizada na manhã do dia 27 de setembro, pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão do TRT-8, no formato presencial e online. A iniciativa reafirmou o compromisso do Tribunal com a construção de um espaço mais acessível e acolhedor para todos (as).



O evento proporcionou um espaço seguro para que os (as) servidores (as) com deficiência compartilhassem suas histórias, desafios e

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Indicador	2021	2022	2023	2024
2.1.1. Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	3	6	7	8
2.1.2. Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	52	273	165	377
2.2. Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	5	5	8	13
2.3. Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base	214	425	375	700
2.4. QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base	22	12	24	24
2.5. QLibrasAux - Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base	2	0	1	2
2.6.1. QGt - Quantidade total de gestores(as)	122	186	255	255
2.6.2. QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	4	54	33	113
2.7. Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência	4	16	19	25
2.8. Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação em normas de acessibilidade digital	0	9	18	5
2.9. Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	0	1	2	11
2.10. Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão	6	10	13	15
2.11. ACpi - Ações de promoção da inclusão	6	2	8	7

Indicador	2021	2022	2023	2024
2.12.1. QCt - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	1	2	1	2
2.12.2. QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	0	0	1	1

Comentário

No exercício de 2024 as capacitações tiveram foco especialmente na formação de gestores do Tribunal, o que se reflete no aumento significativo na quantidade de gestores capacitados. Essa medida é fundamental para construção de um ambiente de trabalho sem barreiras à participação de pessoas com deficiência.

Ademais, realizou-se capacitação específica com representantes de todas as unidades da área de gestão de pessoas, o que permitiu aprimorar fluxos de acompanhamento de servidores e magistrados com deficiência no trabalho, possibilitando ampliar o foco da participação para o crescimento desses profissionais.

Ressalta-se, ainda, que foi possível realizar um quantitativo maior de capacitações, ações de sensibilização e ações de promoção da inclusão, alcançando diferentes públicos no âmbito do Tribunal, bem como a sociedade em geral.

Para o ano de 2025 está previsto curso voltado para a formação de magistrados(as) para a atuação com perspectiva anti-discriminatória, a partir da aplicação do protocolo publicado pelo CSJT, com carga horária de 20 horas aula.

Ações realizadas

Curso EAD - Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência

Curso EJUD8: Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência



Curso EAD-Autoinstrucional

Inscrição: 9 a 26/5

Conteudista: Juiz Ricardo Lourenço Filho (TRT-10)

Público: Magistradas(os) e servidoras(es) do TRT-8

Período: 19/5 a 24/6

Local: Campus Virtual TRT-8

Realização: EJUD8

Conteúdo Programático

- I. Conceitos introdutórios
- II. Capacitismo e interseccionalidades
- III. Acessibilidade e inclusão no trabalho
- IV. Acessibilidade e inclusão no plano internacional
- V. Aplicação do Protocolo para atuação e julgamento com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva - parte relativa a pessoas com deficiência



Como parte de sua política institucional voltada à promoção da acessibilidade e da inclusão, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP), por meio da Escola Judicial (Ejud-8), realizou o curso à distância “Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência”. A iniciativa foi direcionada a magistradas(os) e servidoras(es) da instituição, reafirmando o compromisso do TRT-8 com uma atuação anticapacitista, inclusiva e alinhada aos princípios de justiça social. Com carga horária total de 20 horas, a formação foi ofertada na modalidade autoinstrucional, por meio do Campus Virtual da Ejud-8 e esteve disponível entre os dias 9 de maio e 24 de junho de 2025. As inscrições ocorreram no período de 12 a 26 de maio, diretamente na plataforma virtual do Tribunal.

O conteúdo foi desenvolvido pelo Juiz do Trabalho Ricardo Machado Lourenço Filho, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, referência nacional na temática dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito do Judiciário. O curso teve como objetivo sensibilizar e capacitar os participantes quanto à importância da acessibilidade enquanto prática institucional e

dimensão fundamental da cidadania. Mais do que tratar de adaptações físicas, a formação abordou a inclusão como valor transversal, incorporado à atuação jurisdicional e administrativa. Buscou-se instrumentalizar os participantes a reconhecer e enfrentar barreiras visíveis e invisíveis que limitam o pleno acesso de pessoas com deficiência aos seus direitos, especialmente no contexto da Justiça do Trabalho.

O conteúdo programático abordou cinco eixos principais: conceitos introdutórios sobre pessoa com deficiência, discriminação, adaptação razoável, inclusão, acessibilidade e barreiras; discussão sobre capacitismo e interseccionalidades, incluindo corponormatividade e marcadores sociais como gênero e raça; acessibilidade e inclusão no trabalho, com foco na legislação nacional e precedentes relevantes; acessibilidade e inclusão no plano internacional, com base na Agenda 2030 da ONU e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e, por fim, a aplicação do Protocolo do CNJ para atuação e julgamento com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva, com ênfase nas pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Ao final da formação, **141 servidoras(es) e 17 magistradas(os) concluíram o curso com êxito**. O número expressivo de participantes demonstrou o engajamento da comunidade interna com a pauta, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos, a equidade e a eliminação de práticas capacitistas. A ação integrou o conjunto de iniciativas da Escola Judicial voltadas à qualificação permanente e humanizada dos quadros do TRT-8, em consonância com os valores da administração pública e os compromissos assumidos pelo Poder Judiciário com a Agenda 2030 e os direitos das pessoas com deficiência.

Link da notícia:

[Ejud-8 promove curso EAD sobre Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência | Intranet TRT-8](#)

Treinamento em Gestão de Equipes Diversas - Inclusão de Pessoas com Deficiência



O evento reforçou a importância dos gestores (as) na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. “Como incluir pessoas com deficiência em uma sociedade discriminatória?”, foi um dos questionamentos feitos durante a aula inaugural do Treinamento em Gestão de Equipes Diversas - Inclusão de Pessoas com Deficiência, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP), no mês de junho de 2024. Realizado no auditório da Ejud-8, o evento contou com a presença de servidores (as) e gestores (as), além do presidente do TRT-8, desembargador Marcus Augusto Losada Maia, que abriu o evento fazendo um breve discurso. O curso foi ministrado pela servidora e Chefe da Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade do TRT-8, Luísa de Souza Leão, e pela Supervisora da Seção Especializada em Dissídios Individuais no TRT-1, Maria Vilela de Souza Ferreira. O foco do treinamento foi instrumentalizar os gestores para identificarem barreiras existentes à participação de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho e atuarem para a efetiva inclusão de todas e todos.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/aula-inaugural-do-treinamento-em-gestao-de-equipes-diversas-inclusao-de-pessoas-com>

TRT-8 celebra a diversidade e promove a inclusão

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) celebrou em 18 de junho o Dia do Orgulho Autista, uma data dedicada a comemorar a neurodiversidade e a promover a inclusão das pessoas com Transtorno do espectro autista. Criado em 2005 pela Aspies for Freedom, um grupo de ativismo, o dia tem como objetivo desafiar os estigmas associados ao Transtorno do Espectro Autista e incentivar uma visão positiva da condição, destacando as habilidades e as contribuições das pessoas autistas para a sociedade.

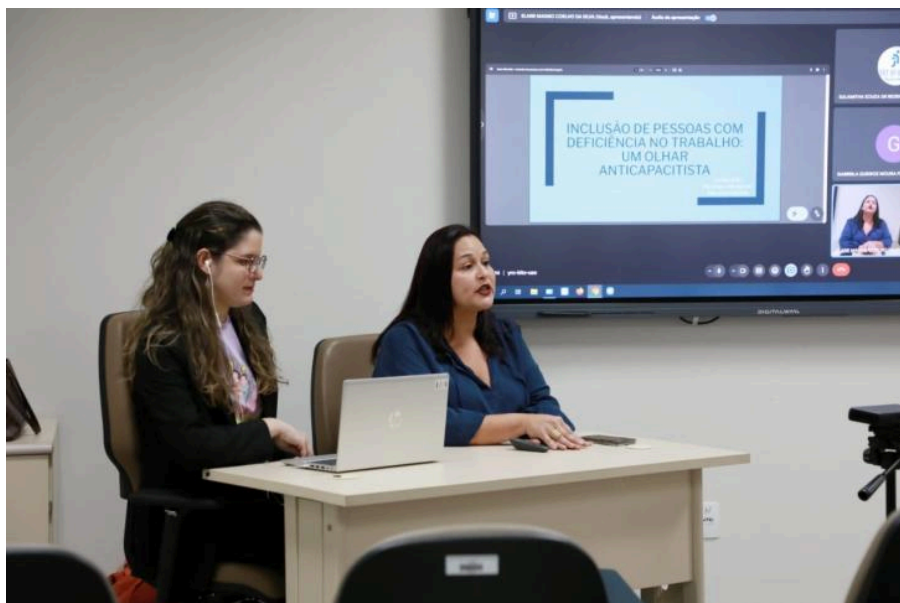


A matéria divulgada nos canais de comunicação do Tribunal tem por objetivo discutir questões como inclusão no trabalho, eliminação de barreiras como o capacitismo e promoção dos direitos das pessoas autistas. Participaram da matéria duas integrantes do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão: Ivana Gomes, oficiala de justiça autista e Camila Cavalcanti, coordenadora do Subcomitê.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-celebra-diversidade-e-promove-inclusao>

Cejusc Belém se prepara para mutirão de conciliações para Pessoas com Deficiência



O Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejusc) do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8), em Belém, realizou no mês de setembro uma ação para conciliação de processos em que ao menos uma das partes fosse uma pessoa com deficiência. A mobilização nacional foi encabeçada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro. Para preparar magistrados e servidores do CEJUSC, o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão realizou roda de conversa para discutir os direitos de pessoas com deficiência, noções anticapacitistas e atitudes favoráveis à promoção da inclusão no trabalho.

Link da notícia :

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/cejusc-belem-se-prepara-para-mutirao-de-conciliacoes-para-pessoas-com-deficiencia>

TRT-8 celebra 18ª Primavera dos Museus refletindo sobre a acessibilidade nos espaços culturais



O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP), por meio do Memorial "Juiz Arthur Francisco Seixas dos Anjos" e em parceria com a Escola Judicial do TRT-8 (Ejud-8), promoveu, no dia 25 de setembro, uma programação especial como parte da 18ª Edição da Primavera dos Museus.

O evento destacou a importância da acessibilidade e da inclusão nos espaços culturais, reforçando o papel dos museus como locais abertos a todos (as). Entre os presentes, estavam juízes(as), magistrados(as) e alunos(as) de duas escolas públicas da cidade de Belém. A programação incluiu uma palestra sobre "Acessibilidade e Inclusão", além da exibição do filme "Uma Noite no Museu", no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

Link da notícia :

[TRT-8 celebra 18ª Primavera dos Museus refletindo sobre a acessibilidade nos espaços culturais | Portal do TRT da Oitava Região - Pará e Amapá \(trt8.jus.br\)](https://portal.trt8.jus.br/pt-br/noticias/18a-primavera-dos-museus-refletindo-sobre-a-acessibilidade-nos-espa%C3%A7os-culturais)

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Indicador	2021	2022	2023	2024
3.1. VAccess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	9	26	112	159
3.2. MAccess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	511	535	601	1573
3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Não	Não	Não	Não
3.4.1. Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância	9	17	20	17
3.4.2. QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	0	10	19	14

Comentário

Em 2024, o TRT8 promoveu novamente ações de capacitação e sensibilização para garantia da acessibilidade comunicacional, como cursos de audiodescrição, linguagem simples e Libras para seu quadro de pessoal. Além disso, tem investido na contratação de serviços com a mesma finalidade, de modo que eventos, vídeos e demais materiais produzidos contemplem os recursos de acessibilidade necessários à promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Verifica-se, portanto, um aumento importante na produção de eventos, matérias e vídeos institucionais com recursos de acessibilidade como audiodescrição, legendagem e tradução para Língua Brasileira de Sinais.

O Tribunal possui edital de credenciamento de tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, o que garante a acessibilidade nos eventos institucionais, sessões de julgamento e vídeos produzidos pela Secretaria de Comunicação Social. Além disso, o contrato audiovisual inclui os requisitos de acessibilidade como audiodescrição, Libras e legendagem. As redes sociais e os e-mails institucionais também são pensadas com os recursos de acessibilidade para garantir o acesso a todas as pessoas.

Ações realizadas

TRT8 lança edital para credenciamento de intérpretes de Libras



O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) está com edital de credenciamento aberto para prestadores de serviços de interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para Língua Portuguesa e vice-versa. Os profissionais poderão ser chamados para atuar em eventos realizados pelo órgão, em sessões do Tribunal Pleno e das Seções Especializadas, assim como para a gravação de vídeos institucionais.

O edital é voltado para pessoas físicas, que deverão ter domínio e fluência nas duas línguas, com formação profissional formalmente comprovada, que atendam aos requisitos da Lei n.º 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, além de comprovar experiência profissional de, no mínimo, um ano em eventos similares.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-lanca-edital-para-credenciamento-de-interpretes-de-libras>

TRT-8 aprova Resolução que institui a Política de Linguagem Simples



Durante a sessão Plenária do dia 4 de março, foi aprovada a Resolução TRT-8 nº002/2024, que institui a Política de Linguagem Simples no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Além de facilitar a comunicação entre a instituição e a sociedade, a Política intenciona a promoção da transparência, acesso à informação e o uso de linguagem inclusiva.

A Resolução considerou, dentre outros aspectos, a necessidade de disseminar a produção de comunicações claras, objetivas e inclusivas. A criação e a revisão de documentos e materiais informativos devem observar algumas diretrizes, como o uso da linguagem respeitosa, amigável, acessível e inclusiva para permitir que todos e todas consigam compreender com facilidade as informações que sejam do seu interesse.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-aprova-resolucao-que-institui-politica-de-linguagem-simples>

TRT-8 promove palestra sobre a importância da linguagem simples

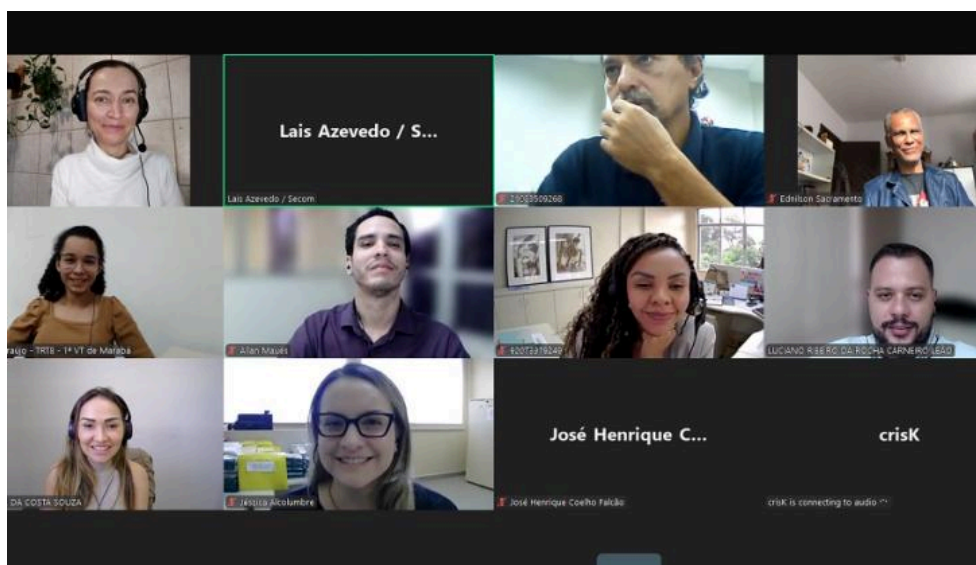


A palestra sobre Linguagem Simples promovida pelo TRT-8 (PA/AP), por meio da Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva (Ecaiss), ocorreu dia 3 de abril, de modo telepresencial. A palestrante, professora Dra. Olívia Rocha Freitas, falou da importância de utilizar uma linguagem simples nos textos do Judiciário como uma ferramenta para tornar a comunicação mais efetiva, inclusiva e direta. A palestra contou com mais de 200 (duzentos) participantes, entre magistrados (as) e servidores (as).

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-promove-palestra-sobre-importancia-da-linguagem-simples>

TRT-8 promove curso de audiodescrição para servidores



O TRT-8 realizou mais um curso de formação para audiodescrição, voltado aos servidores e funcionários de todos os seus setores. **Aulas contaram com a expertise da audiodescritora Cris Kenne e do consultor Ednilson Sacramento.** Foram três dias de aulas e exercícios práticos, que abordaram a acessibilidade comunicacional em eventos e produções de imagens e vídeos curtos.

Link da notícia:

[TRT-8 promove curso de audiodescrição para servidores | Portal do TRT da Oitava Região - Pará e Amapá \(trt8.jus.br\)](https://portal.trt8.jus.br/portal-do-trt-da-oitava-regiao-par%C3%A1-e-amap%C3%A1)

TRT-8 realiza curso com consultoria para linguagem simples



A Professora Dra. Olivia Rocha Freitas ministrou curso com consultoria para servidores da área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-8), com o objetivo de aprimorar a forma como se comunicam. O curso abordou temas como taxonomia do texto jurídico, o pacto do judiciário pela Linguagem Simples, o juridiquês, estrutura e padronização de documentos judiciais, estrutura lógica dos textos, incluindo organização e planejamento, coesão e técnicas de linguagem simples e de resumo de documentos. A última aula foi voltada à elaboração de documentos administrativos com linguagem simples e visual, com a intenção de apresentar propostas de produtos ao TRT-8 a partir da consultoria.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-recebe-curso-com-consultoria-para-linguagem-simples>

TRT-8 celebra Setembro Azul com conclusão do curso de Libras



Em comemoração ao Setembro Azul, mês dedicado à conscientização sobre a comunidade surda e à promoção da inclusão, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) celebrou a conclusão do 3º módulo do curso de Libras intermediário, oferecido pela Escola de Capacitação e Aperfeiçoamento Itair Sá da Silva (Ecaiss).

O curso, que teve como objetivo capacitar os (as) servidores (as) para a comunicação com pessoas surdas e promover a inclusão no ambiente de trabalho, proporcionou aos participantes uma imersão na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao longo das aulas, os (as) participantes desenvolveram habilidades de conversação, aprendendo sobre a importância das expressões faciais e da gramática da Libras.

Um dos destaques do curso foi a criação de um glossário em vídeo, no qual os (as) alunos (as) utilizaram a Libras para descrever as funções de seus respectivos setores. Essa atividade permitiu que praticassem a língua de sinais de forma lúdica e colaborativa, fixando o aprendizado de um modo mais eficaz.

Link da notícia:

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-celebra-setembro-azul-com-conclusao-do-3deg-modulo-do-curso-de-libras>

TRT-8 recebe Selo CNJ de Linguagem Simples



O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) foi agraciado com o Selo de Linguagem Simples, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cerimônia realizada no dia 16 de outubro, em Brasília. Essa conquista destaca o TRT-8 como uma referência nas boas práticas de comunicação clara e acessível.

A conquista do Selo CNJ de Linguagem Simples representa um avanço significativo na busca por uma Justiça mais acessível ao cidadão. Como parte das ações para efetivar essa linguagem, foi criado um grupo de trabalho dedicado ao tema, que produziu um Manual de Sustentação Oral e promoveu a utilização de linguagem simples em artes e textos de comunicação do TRT-8.

Link da notícia:

[TRT-8 recebe Selo CNJ de Linguagem Simples | Portal do TRT da Oitava Região - Pará e Amapá](#)

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Indicadores	2021	2022	2023	2024
4.1. O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Sim É utilizado o programa Access Monitor, disponível no link https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt	Sim. Verificação semestral através do Access Monitor 2.1.	Sim. Verificação semestral através do Access Monitor 2.1.	Sim. Verificação semestral através do Access Monitor 2.1
4.2. O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Sim. O TRT8 fornece programa leitor de tela, ferramenta de contraste e programa de ampliação de tela.	Sim. O TRT8 fornece programa leitor de tela, ferramenta de contraste e programa de ampliação de tela.	Sim. O TRT8 fornece programa leitor de tela, ferramenta de contraste e programa de ampliação de tela.	Sim. O TRT8 fornece programa leitor de tela, ferramenta de contraste e programa de ampliação de tela.
4.3. O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Sim. As próprias ferramentas de videoconferência utilizadas no Tribunal, a saber: Google Meet e Zoom, possuem recursos de acessibilidade, tais como legenda, atalhos de teclado, suporte a leitor de tela, etc.	Sim. O TRT8 utiliza as plataformas Zoom (área judiciária) e Google Meet (área administrativa) para realização de videoconferências que contemplam requisitos de acessibilidade. Os usuários com deficiência visual em geral utilizam o software NVDA.	Sim. O TRT8 utiliza as plataformas Zoom (área judiciária) e Meet (área administrativa) para realização de videoconferências que contemplam requisitos de acessibilidade. Os usuários com deficiência visual em geral utilizam o software NVDA.	Sim, O TRT8 utiliza as plataformas Zoom (área judiciária) e Meet (área administrativa) para realização de videoconferências que contemplam requisitos de acessibilidade. Os usuários com deficiência visual em geral utilizam o software NVDA.

Comentário

Para além dos recursos de tecnologia disponibilizados aos magistrados, servidores e estagiários do TRT8, foram realizadas ações de sensibilização visando promover a cultura inclusiva no uso e divulgação de informações nos diversos sistemas e espaços de trabalho destinados tanto ao público interno quanto externo.

O Tribunal editou e divulgou Cartilha de Acessibilidade Digital contendo dicas básicas para que os usuários incluam medidas de promoção da acessibilidade digital no seu cotidiano de trabalho. O manual de padronização de documentos editado pelo TRT8 também contemplou medidas de acessibilidade para orientar todos os usuários.

Ações realizadas

TRT-8 lança cartilha “Acessibilidade Digital no Ambiente de Trabalho”



O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) criou a cartilha “Acessibilidade Digital no Ambiente de Trabalho”, um guia essencial voltado para a inclusão e acessibilidade digital no contexto laboral. Este documento visa fornecer orientações práticas e técnicas para garantir que todos(as) os(as) servidores(as) e magistrados(as) tenham acesso pleno às ferramentas e recursos digitais disponibilizados no ambiente de trabalho.

A cartilha aborda diversas questões, incluindo a adaptação de sites e documentos digitais para torná-los mais acessíveis para pessoas com deficiência. Além disso, o guia apresenta diretrizes sobre a criação de

conteúdos digitais inclusivos e a importância da implementação de tecnologias assistivas.

O TRT-8 desenvolve diversas ferramentas e soluções tecnológicas que visam melhorar a acessibilidade digital. Entre essas iniciativas, destacam-se a implementação de sistemas que facilitam a navegação para pessoas com deficiência visual, a disponibilização de vídeos com interpretação em Libras e legendas, além de aplicativos e plataformas digitais que seguem os padrões de acessibilidade.

Link da notícia

<https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-lanca-cartilha-acessibilidade-digital-no-ambiente-de-trabalho>

5. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Indicador	2021	2022	2023	2024
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	0	1	2	11

Comentário

A Acessibilidade Arquitetônica contempla medidas de acessibilidade nos prédios do Tribunal que possibilitem a circulação nos espaços com autonomia e segurança a todas as pessoas. Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região tem realizado reformas e construções no intuito do atendimento das normas de acessibilidade vigentes.

Destaca-se como uma medida importante de acessibilidade arquitetônica a instalação de piso podotátil no Prédio Sede do Tribunal, o que possibilita melhor localização espacial e circulação por parte de pessoas com deficiência visual. Ademais, os prédios contam com rampas, elevadores sonorizados, dentre outros. A unidade de Acessibilidade e Inclusão realiza contato constante com servidores e magistrados e busca mediar melhorias no tocante à acessibilidade junto à unidade de manutenção e projetos do Tribunal.

Neste exercício foi realizada ação de capacitação envolvendo servidores das áreas de segurança, recepção, cerimonial, manutenção e projetos com vistas a capacitá-los para recepção e condução de pessoas com deficiência, bem como para identificar barreiras arquitetônicas e possibilidades de melhorias com base nas normas de acessibilidade.

Ações realizadas

TRT-8 promove programa de acessibilidade e inclusão com foco em barreiras arquitetônicas

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) realizou, em 25 de novembro, um programa abrangente de acessibilidade, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho mais inclusivo para todos (as). O evento contou com palestra que tratou da recepção e condução de pessoas com deficiência no ambiente do Tribunal, ministrada pela assessora-chefe de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ekaterini Sofoulis Hadjirallis Morita.

No segundo dia do evento, a arquiteta Fabiana de Freitas Goulart Lourenço, do Conselho de Justiça Federal (CJF), conduziu uma oficina sobre Acessibilidade Arquitetônica. A especialista abordou conceitos gerais, normas técnicas como a NBR 9050 e apresentou exemplos práticos de projetos inclusivos.

Link da notícia:

[TRT-8 promove programa de acessibilidade e inclusão | Portal do TRT da Oitava Região - Pará e Amapá](#)

ANEXO I

Acessibilidade Comunicacional em Eventos do Tribunal

EVENTO	CONTOU COM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS	DATA
Posse Gestão TRT8, biênio 2024/2026	Sim	06/12/2024
Seminário "Mudanças Climáticas e o Trabalho na Amazônia"	Não	06/12/2024
Formatura do curso "Diversidade e empregabilidade"	Sim	04/12/2024
Acessibilidade Arquitetônica e Recepção/Condução da Pessoa com Deficiência no TRT8 - 1º dia	Sim	25/11/2024
1a Corrida e Caminhada da Justiça do Trabalho	Sim	20/11/2024
Ratificação de posse dos novos magistrados(as)	Sim	08/11/2024
Outorga das Medalhas da Ordem do Mérito Jus et Labor e do Mérito Funcional 2024	Sim	20/09/2024
Cerimônia de posse dos novos (18) servidores	Sim	18/09/2024
Palestra sobre Educação Financeira	Sim	16/09/2024
4º Simpósio Internacional EJUD8: O Direito do século XXI: Desafios e perspectivas	Sim	02/08/2024
Audiência pública de participação na elaboração das metas nacionais no âmbito da Justiça	Sim	01/07/2024
Evento da Semana de Responsabilidade Socioambiental	Sim	25/06/2024
Neoliberalismo e Alternativas (GENA - Amazônia)	Sim	19/06/2024
Ciclo de Palestras EJUD8 - Direito do Trabalho Desportivo.	Sim	14/06/2024
Solenidade de Entrega das Medalhas Semíramis Arnaud Ferreira	Sim	03/05/2024

Abertura do Ano Judiciário TRT8 e do Ano Letivo da EJUD8 2024	Não	23/02/2024
Solenidade de Posse de Servidoras/servidores	Não	08/01/2024

ANEXO II

Ações de Capacitação

CURSO	QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS CAPACITADOS
Palestra sobre Linguagem Simples	194	0
Curso de audiodescrição	18	0
Curso com consultoria de Linguagem Simples	25	0
Curso Gestão de Equipes Diversas	33	0
Aula Inaugural: Perspectivas sobre deficiência: eliminação de barreiras para inclusão no trabalho	141	0
Oficina Gestão de Pessoas – Acompanhamento e participação de pessoas com deficiência no trabalho	22	0
Curso de Libras: Básico	15	0
Curso de Libras: Intermediário	14	0
Recepção e condução de pessoas com deficiência	18	1
Acessibilidade Arquitetônica	12	1

CURSO	QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS CAPACITADOS	
Palestra atendimento com foco na pessoa com deficiência	37	1	
Curso de Formação Inicial dos Juízes	0	22	
Semana de Responsabilidade Socioambiental: palestra “Equidade e Desenvolvimento Sustentável”	90	0	
Roda de conversa: Diálogos sobre Equidade	5	0	
Curso EAD - Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência	141	QS1 (magistrados com deficiência)	QS2 (magistrados sem deficiência)
		0	17